



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Chefes de Gabinete  
Secretário-Geral da PGR  
Diretores Regionais e equiparados  
Inspetores Regionais  
Institutos Públicos

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência  
Circular/DROAP/2019/11

Data  
2019-02-22

**ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.**

Considerando que com a entrada em vigor da Lei nº 71/2018 de 31 de dezembro, diploma que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2019 (LOE 2019), foram introduzidas alterações em matéria de celebração e renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;

Considerando a inexistência no artigo 60º da LOE 2019 - Encargos com contratos de aquisição de serviços - de previsão que imponha e determine a obrigatoriedade, aquando da celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços que não envolvam aumento de encargos relativamente ao ano transato, da sua comunicação no prazo de 30 dias contados da assinatura de tais contratos, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, a exemplo do que sucedia no nº 4 do artigo 58º da LOE 2018;

Considerando a desejável uniformização de procedimentos na interpretação e aplicação da lei por parte de todos os serviços e organismos da administração regional, obtida a homologação do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, comunico o seguinte:

A renovação ou a celebração de contratos de aquisição de serviços com idêntico objeto de contrato vigente em 2018, que não envolvam aumento de encargos relativamente ao ano transato, não carecem de comunicação ao membro do Governo responsável pela área das finanças, ao abrigo do artigo 60.º da LOE 2019.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

As prestações de serviço na modalidade de tarefa ou avença a que se refere o artigo 62º da LOE 2019, mesmo quando não se verifique aumento do valor do contrato relativamente ao ano anterior, continuam a carecer de parecer prévio e autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças e da Administração Pública, na Região do Vice-Presidente, tal como resulta do estipulado neste preceito, com as exceções aí previstas.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos